

SÉRGIO CABRAL

Jornalista

Territórios dominados pelo crime: o que fazer?

A retomada do território tem sido o tema dos diversos candidatos ao Palácio Guanabara. Não é para menos. Nos últimos 10 anos, as milícias e as facções tomaram comunidades e territórios de uma maneira avassaladora.

A política de retomada dos territórios pelo poder público, implementada entre 2008 e 2014, pelo meu governo, com a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs, libertou milhões de moradores de comunidades e bairros do jugo do poder paralelo.

A polícia presente 24 horas anulou o poder armado paralelo. As comunidades deixaram de ser bunkers dos criminosos. Motos e carros roubados não eram mais estocados pelos bandidos nas favelas. Os moradores dos bairros vizinhos tiveram seus imóveis valorizados. Inclusive, as próprias residências nas comunidades.

A chave do sucesso foi entrar, pacificar e passar a oferecer políticas públicas aos moradores. Escolas e colégios foram abertos, UPAs 24h inauguradas, unidades da FAETEC nos territórios, agências bancárias, surgimento de

atividades econômicas legalizadas, queda vertiginosa no roubo de energia e internet com a entrada das concessionárias com oferta de preços diferenciados para os moradores, quadras e complexos esportivos, bibliotecas, milhares de habitações construídas, muitos investimentos em mobilidade como o metrô na Rocinha, o Teleférico do Complexo do Alemão integrado a estação de trens de Bonsucesso e o Plano Inclinado do Santa Marta.

A agência de fomento do Estado, AgeRio, financiou milhares de empreendedores das favelas.

Artistas, intelectuais, acadêmicos, políticos, desportistas, membros de famílias monárquicas, enfim, os estrangeiros desejavam conhecer a nossa experiência. Quantas dessas personalidades foram comigo às favelas pacificadas! Além dos turistas brasileiros e estrangeiros, que circulavam livremente pelas favelas, sem medo.

As famílias podiam receber seus parentes e amigos, sem o temor de uma bala perdida.

Por que fracassou nas mãos dos meus sucessores? Fracassou porque não houve gestão. Gerir dá muito trabalho. E a derrocada das UPPs não está dissociada de outros fracassos ocorridos após o meu governo. Vejamos:

Nossa gestão fiscal/orçamentária obteve grau de investimento de duas das maiores

agências de risco do mundo, S&P e Ficht. Já meus sucessores pediram socorro ao ministério da fazenda do governo federal. Chegamos ao TOP 5 no IDEB nacional; hoje, somos vice-lanterna na educação pública do ranking dos estados. A saúde se tornou instrumento de carreiras de políticos. O ensino técnico deixou de oferecer cursos qualificados para setores estratégicos do nosso estado, tais como metalmeccânico, óleo e gás, turismo, entre outros. Os concursos públicos foram paralisados e a massa de servidores, seja na Polícia, seja na Fazenda, no DETRAN, no INEA, no Magistério, nunca mais viram acontecer a fundamental oxigenação da máquina pública. Além de salários sem reajustes e perda do poder aquisitivo dos funcionários públicos estaduais. As cidades do interior foram abandonadas. O período de conquista de empresas estrangeiras e nacionais de porte acabou, assim como acabou o período de conquista de grandes eventos internacionais. Basta citar a derrota das cidades do Rio e de Niterói na disputa para sediar os Jogos Pan-Americanos e Parapan-Americanos de 2031 para Assunção, capital do Paraguai.

Precisamos, urgente, recuperar o nosso estado. Se isso não for feito, as consequências serão bem mais graves do que já se encontra, e que é assustadora.

JANGUIÊ DINIZ

Diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

Urna não é arquibancada

Em ano de Copa do Mundo e de eleições presidenciais, é inevitável que dois dos temas mais comentados pelos brasileiros ocupem espaço nas conversas, nas redes sociais e nos meios de comunicação. Embora ambos despertem interesse coletivo e mobilizem milhões de pessoas, existe uma diferença fundamental entre eles: enquanto o futebol é movido pela paixão, pela emoção e pela torcida, a política deveria ser guiada pela razão, pela análise e pela responsabilidade.

Torcer por uma seleção é um exercício legítimo de emoção. O futebol faz parte da cultura brasileira e desperta sentimentos intensos de pertencimento, identidade e entusiasmo. Durante uma Copa do Mundo, é natural que as pessoas defendam seu time, celebrem vitórias, lamentem derrotas e vivam intensamente cada partida. Nesse contexto, a paixão faz parte do espetáculo. Já as eleições seguem uma lógica completamente diferente. Quando um cidadão escolhe um presidente, um governador, um senador ou um deputado, não está escolhendo um time para torcer durante uma temporada. Está ajudando a definir os rumos do país, da economia, da educação, da saúde, da segurança pública e de inúmeras outras áreas que impactam diretamente a vida de milhões de pessoas.

Apesar disso, o que se observa cada vez mais é uma espécie de “futebolização” da política. Candidatos passam a ser tratados como ídolos intocáveis. Adversários são vistos como inimigos. O debate de ideias dá lugar aos confrontos emocionais. A análise racional é substituída por slogans, memes e ataques pessoais.

Em vez de eleitores, surgem torcedores. Essa transformação é preocupante porque o fanatismo raramente convive bem com o pensamento crítico. O torcedor costuma defender seu time independentemente do desempenho em campo. O eleitor, por outro lado, deveria ser capaz de avaliar, questionar, concordar em alguns pontos e discordar em outros. A democracia saudável depende justamente dessa capacidade de reflexão.

Quando a política se transforma em torcida organizada, perde-se algo essencial: a disposição para ouvir. O diálogo se torna impossível. Cada grupo passa a consumir apenas informações que confirmam suas próprias crenças. O adversário deixa de ser alguém que pensa diferente e passa a ser tratado como alguém que precisa ser derrotado a qualquer custo. Esse comportamento enfraquece o debate público e empobrece a democracia. Afinal, nenhum candidato é perfeito, assim como nenhum projeto político está livre de falhas. A maturidade democrática exige reconhecer virtudes e limitações em todos os lados. Exige compreender que governantes são servidores públicos, não celebridades ou líderes infalíveis.

Por isso, uma eleição presidencial exige um nível de responsabilidade muito maior do que uma simples preferência emocional. Antes de votar, é importante analisar a trajetória dos candidatos, sua experiência administrativa, sua capacidade de liderança, suas propostas, suas equipes e sua visão para o futuro do país. É preciso observar o histórico de realizações, a coerência entre discurso e prática e a viabilidade das promessas apresentadas.

Mais do que escolher uma pessoa, o eleitor escolhe um projeto de poder e uma direção para a nação. Cada candidatura representa prioridades diferentes, estratégias distintas e formas particulares de enfrentar os desafios

nacionais. Algumas propostas podem privilegiar determinadas áreas; outras podem adotar caminhos alternativos. Cabe ao cidadão avaliar essas diferenças com atenção e decidir, de forma consciente, qual projeto considera mais adequado para o futuro do país. A boa política não nasce da paixão cega, mas da participação consciente. Ela exige informação, reflexão e disposição para analisar fatos. Isso não significa abandonar convicções ou valores pessoais. Pelo contrário. Significa fundamentar essas convicções em argumentos sólidos e em uma avaliação responsável da realidade.

Também é importante compreender que o resultado de uma eleição não encerra a responsabilidade do cidadão. A democracia não termina na urna. Governantes devem ser acompanhados, fiscalizados e cobrados durante todo o mandato. Quem vota de forma consciente também exerce cidadania de forma contínua.

Em tempos de polarização intensa, talvez seja necessário resgatar uma verdade simples: candidatos não são times de futebol. Eles não precisam de torcedores incondicionais. Precisam de cidadãos atentos, críticos e participativos. O Brasil não ganha quando um lado humilha o outro. Ganha quando a população faz escolhas informadas e mantém a capacidade de diálogo, mesmo diante das divergências.

Neste ano em que Copa do Mundo e eleições dividem as atenções dos brasileiros, vale lembrar que a arquibancada é o lugar da paixão. A cabine de votação, por sua vez, deve ser o espaço da consciência. Porque, enquanto um resultado esportivo produz alegrias ou frustrações passageiras, uma eleição tem o poder de influenciar o destino de uma nação por muitos anos. E o futuro de um país é importante demais para ser decidido como se fosse uma partida de futebol.